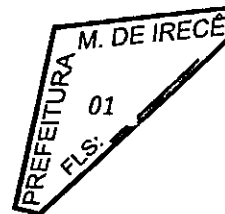


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PA013007/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012809/2018 - ALTERAÇÃO QUALITATIVA, QUANTITATIVA E DE VALOR -

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a Alteração Qualitativa, Quantitativa e de Valor do contrato nº. 012809/2018, referente à prestação de serviços de Implantação e/ou Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Cobertura da Quadra Poliesportiva de Angical, Município de Irecê/BA.

CONTRATADA: CONSTRUTORA NORDESTE LTDA.

ORIGEM: TOMADA DE PREÇOS nº 008/2018 - Contrato nº 012809/2018.

O processo em epígrafe contém 02 folhas, devidamente numeradas e assinadas por quem de direito.

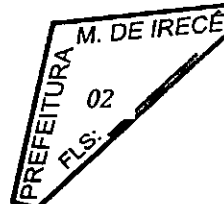


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **PA013007/2019**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO **CONTRATO Nº 012809/2018.** **- ALTERAÇÃO QUALITATIVA,** **QUANTITATIVA E DE VALOR -**

Origem: TOMADA DE PREÇOS nº 008/2018.

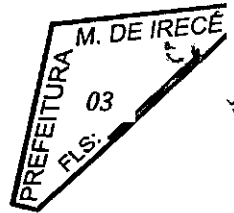
Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a Alteração Qualitativa, Quantitativa e de Valor do contrato nº. 012809/2018, referente à Prestação de serviços de Implantação e/ou Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Cobertura da Quadra Poliesportiva de Angical, Município de Irecê/BA.

Contratado: CONSTRUTORA NORDESTE LTDA.



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 - Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



Irecê/BA, 30 de Julho de 2019.

Senhor Prefeito,

Considerando que fora firmado contrato entre o Município de Irecê/Ba e a empresa CONSTRUTORA NORDESTE LTDA, por ocasião da TOMADA DE PREÇOS nº 008/2018, referente a prestação de serviços de Implantação e/ou Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Cobertura da Quadra Poliesportiva de Angical, Município de Irecê/BA;

Considerando que a no momento da execução do contrato percebeu-se a necessidade das alterações do objeto em questão.

Face ao exposto, solicitamos que seja promovida a Alteração Qualitativa, Quantitativa e de Valor do contrato nº 012809/2018, referente à prestação de serviços de Implantação e/ou Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Cobertura da Quadra Poliesportiva de Angical, Município de Irecê/BA, no valor total de R\$ 51.650,35 (cinquenta e um mil seiscentos e cinquenta reais e trinta e cinco centavos). Na respectiva alteração o valor do acréscimo corresponde a aproximadamente 21,41% (vinte e um vírgula quarenta e um por cento) do valor do contrato, ou seja, passando o valor global de R\$ 241.237,24 (duzentos e quarenta e um mil duzentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos) para R\$ 292.887,59 (duzentos e noventa e dois mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), tendo em vista a alteração qualitativa de quantitativo e valor, nos termos da planilha em anexo.

Na certeza de que V. Exa. adotará as providências necessárias, renovamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Rogerio Santos Amorim

Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos

Exmo. Sr.
Elmo Vaz Bastos de Matos
NESTA

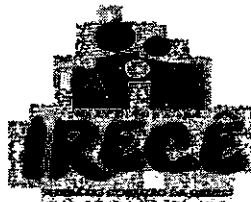


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



DESPACHO

Tendo em vista a solicitação firmada pelo Sr. Secretário Municipal de Infraestrutura, determino o encaminhamento à Procuradoria Jurídica do Município para deliberar acerca da viabilidade do processo.

Irecê/BA, 30 de Julho de 2019.

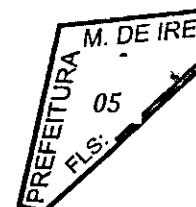
ELMO VAZ BASTOS DE MATOS

PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado, Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



MATÉRIA: Aditamento Contratual referente Alteração Qualitativa, Quantitativa e de Valor.

RELATÓRIO:

Versa o presente parecer sobre solicitação do Sr. Secretário de Infraestrutura acerca da Alteração Qualitativa, Quantitativa e de Valor do contrato nº. 012809/2018, referente à prestação de serviços de Implantação e/ou Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Cobertura da Quadra Poliesportiva de Angical, Município de Irecê/BA, no valor total de **R\$ 51.650,35 (cinquenta e um mil seiscentos e cinquenta reais e trinta e cinco centavos)**, na alteração quantitativa o valor do acréscimo corresponde a **21,41% (vinte e um vírgula quarenta e um por cento)** do valor do contrato, ou seja: passando o valor global de **R\$ 241.237,24 (duzentos e quarenta e um mil duzentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos)** para **R\$ 292.887,59 (duzentos e noventa e dois mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos)**, tendo em vista a alteração qualitativa, de quantitativo, valor e supressão), nós temos da planilha em anexo.

Por fim, informa que as modificações supracitadas surgiram no momento da execução do contrato do objeto em questão.

É O RELATÓRIO.

No pertinente ao presente requerimento, a Procuradoria Jurídica, cumprindo as atribuições que lhe são próprias, vem emitir o pronunciamento seguinte:

DAS RAZÕES DO PARECER

Atualmente, em face da necessidade de implementação de políticas públicas que atendam aos anseios da sociedade, o estabelecimento de relações contratuais no contexto da atividade da administração se mostra imprescindível para a satisfação do interesse público, haja vista a incapacidade do aparato estatal evidenciada com a derrocada do paradigma do Estado Social. Sendo distintas a atividade do Estado e a atividade pública, visto que essa pode ser realizada tanto pelos próprios entes estatais como por particulares, os contratos firmados pela administração adquirem enorme importância.

Conforme bem observa Luciano Ferraç, ao fazer remissão ao período final do século passado, o impacto da reviravolta mundial no sistema organizacional brasileiro é visível. A saída do Estado da prestação direta dos serviços públicos, transportando-os, contratualmente, à iniciativa privada é a nota característica do Brasil no final do século. (FERRAZ, Luciano de Araújo. O Estado gerencial e a Lei de Licitações Públicas. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, n. 1, 1999).

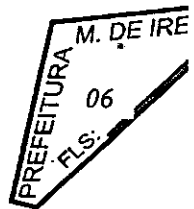
De acordo com a teoria geral dos contratos, o contrato configura o acordo de vontades com a finalidade de produzir efeitos jurídicos, cujos elementos essenciais, nos termos do art. 104 do Código Civil de 2002, são: agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; forma prescrita ou não defesa em lei. (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da administração pública. 6. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2003)

TERCEIRO a doutrina pátria dominante, os contratos firmados pela administração pública podem ser separados em contratos de direito privado e contratos administrativos. Aqueles são regidos predominantemente pelo Direito Privado, mas com derrogações decorrentes



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



da inafastável observância das normas de direito público, tendo em vista o regime jurídico administrativo. Estes, por sua vez, são regidos pelo Direito Público, aplicando-se, supletivamente, as normas de direito privado cuja incidência não impeça a obtenção da finalidade pública que se busca alcançar.

Independentemente de sua natureza, os contratos da administração pública têm que respeitar exigências relativas à forma, ao procedimento, à competência e à finalidade, decorrentes da aplicação das normas de direito público. Nesse sentido, vale ressaltar a lição de Jessé Torres Pereira Júnior ao comentar o caput do artigo 1º da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, Lei n. 8.666/93, TERCEIRO a qual a expressão contrato administrativo foi empregada de maneira ampla, abrangendo a generalidade dos contratos, in verbis:

No concernente à extensão do conceito de contrato, a lei, fazendo apanhado do contexto da lei, evita qualificar os contratos de que se ocupa como administrativos. Com razão. A Lei n. 8.666/93 não trata somente dos contratos administrativos, como pode fazer crer, à primeira vista, a dicção de seu art. 1º. Cuida de todos os contratos celebráveis pela administração pública, o que equivale a dizer que reconhece a existência de um gênero (os contratos públicos), que se subdivide em duas espécies: a dos contratos administrativos, mencionados nos arts. 1º e 54; e a dos contratos "cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado", tal como apontado no art. 62, § 3º, e que nem por isso escapam da incidência de regime obrigacional publicizado, já que a eles se estendem certos preceitos típicos dos contratos administrativos (arts. 55 e 58 e 61).³ (grifo nosso) (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da administração pública. 6. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Renovar, 2003 pg -13-14)

Ainda quanto à incidência das normas de direito público sobre os contratos de direito privado da administração, Celso Antônio Bandeira de Mello assevera:

A pessoa ou autoridade pública investida de poderes para contratar dispõe da competência TERCEIRO as regras de Direito Administrativo. As formalidades que precederão o contrato, quais a autorização para contratar, a exigência de licitação e, eventualmente, requisitos a serem atendidos, também se disciplinam pelo Direito Administrativo. Os contratos da administração no Direito brasileiro, sejam administrativos ou não, são examinados quanto à sua legalidade pelo Tribunal de Contas, que, em caso de inobservância das normas a que estavam adstritos, pode solicitar ao Congresso Nacional determine sua sustação (art. 71 da Carta Constitucional). (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



Administrativo. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2004 pg 568)

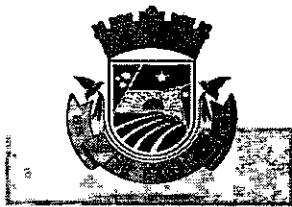
Desse modo, em regra, exige-se que os contratos da administração pública preencham alguns requisitos de validade como autorização legislativa, avaliação, licitação, motivação, indicação de recursos orçamentários, publicação, aprovação do Tribunal de Contas. Além disso, de acordo com o regime jurídico administrativo, a finalidade, direta ou indiretamente visada por toda e qualquer contratação, há de ser pública. (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004, pg 246)

Verifica-se, portanto, que a alteração do contrato representa uma das prerrogativas atribuídas à administração, nos termos do art. 58, I, da Lei n. 8.666/93. Tal prerrogativa se justifica pelo dever atribuído a esta de bem tutelar o interesse público, cabendo-lhe, pois, em face de determinadas circunstâncias, realizar as necessárias adequações do contrato firmado. De acordo com pertinente lição de Floriano Marques:

O fato é que quando a Administração perfaz um ajuste administrativo, presume-se que esteja a perseguir um cometimento que é de interesse coletivo, geral, público. Dessume-se, portanto, que se no devir desta avença surgirem circunstâncias ou fatores — imprevistos, imprevisíveis, mal previstos, supervenientes, enfim — que imponham alterações no ajuste, seria absolutamente contraditório negar ao Poder Público a mudança no contrato na precisa medida necessária a contornar os óbices supervenientes. (MARQUES NETO, Floriano P. Azevedo, Contrato administrativo: superveniência de fatores técnicos dificultadores da execução de obra — Inaplicabilidade dos limites de 25% de acréscimos. Boletim de Direito Administrativo, n. 2, fev. 1998- pg 105)

Encarecendo o entendimento de que a alteração do contrato, em face das circunstâncias do caso concreto, constitui poder-dever da administração pública, Marçal Justen Filho assevera que:

A modificação contratual derivará da constatação técnica da inadequação da previsão original. Logo, dependerá de critérios técnicos que comprovem que a solução adotada anteriormente é antieconômica, ineficaz ou inviável. Enfim, deriva da demonstração científica de que a solução que melhor atende aos interesses fundamentais não é aquela consagrada no contrato original. Logo, a modificação será obrigatória. A Administração Pública terá o dever de promovê-la. Deverá apresentar os motivos técnicos aos quais se vincula sua decisão, fundamentando-a. (...) Se a Administração deixar de exercitar seu poder, estará atuando mal e seus agentes poderão ser responsabilizados pelo descumprimento de seus deveres funcionais. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos

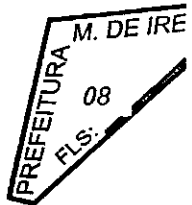


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



Administrativos. ed. São Paulo: Dialética, 2005 pg 540 (grifo, nosso)

Faz-se mister ressaltar que, na situação concreta, devem ser ponderados o princípio da mutabilidade do contrato administrativo e o da inalterabilidade do objeto. Assim, em caso de necessidade de adequação do contrato para melhor atender ao interesse público, cabe à autoridade administrativa competente realizar juízo de ponderação, não se admitindo que seja desnaturada a essência do objeto do contrato entabulado.

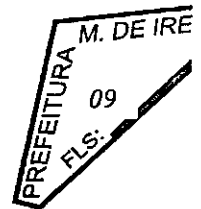
Sobre a eventual alteração contratual, dispõe o art. 65 da Lei de Licitações:

Art. 65. Os contratos regidos por esta lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: I — unilateralmente pela administração: a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei; II — por acordo das partes: a) quando conveniente a substituição da garantia de execução; b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários; c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço; d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. § 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. § 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo: (Redação dada pela Lei n. 9.648, de 1998). I — (VETADO). (Incluído pela Lei n. 9.648, de 1998) II — as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes. (...) § 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial. (grifo nosso)

Da análise do citado dispositivo, verifica-se que os contratos administrativos estão sujeitos tanto a eventuais alterações quantitativas como a possíveis alterações qualitativas. As primeiras representam manifestações unilaterais da administração, por motivo de conveniência do serviço, que se podem processar dentro dos limites permitidos, sem que se modifiquem as especificações do contrato e os critérios definidos nas planilhas que o integram.

De acordo com o prescrito no § 1º do art. 65, a alteração quantitativa dentro dos limites de 25% do valor inicial atualizado do contrato, para o caso de acréscimos ou de supressões em obras, serviços ou compras, ou de 50%, na hipótese de reforma de edifício ou de equipamento, deve ser obrigatoriamente acatada pelo contratado, mantidas as condições da avença.

Por sua vez, as alterações qualitativas decorrem da modificação do projeto ou das especificações, uma vez verificado — em razão de situação superveniente — que o trato originalmente firmado não se mostra o mais adequado aos objetivos do contrato. Tais alterações podem ser originadas por eventos supervenientes (a hipótese de descoberta científica, que evidencia a necessidade de inovações para ampliar ou assegurar a utilidade inicialmente cogitada pela Administração; por exemplo), por situações pré-existentes, porém desconhecidas no momento da contratação (falhas geológicas no terreno que impedem a realização da obra tal como concebida originalmente, por exemplo), como também por inovações tecnológicas que proporcionem alternativa mais adequada ao cumprimento do objeto contratado. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. ed. São Paulo: Dialética, 2005, pg – 539)

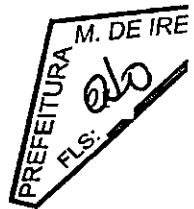
Cumpra-se destacar que a alteração contratual não constitui ato discricionário da administração contratante, tomado por juízo de conveniência e oportunidade. Exige-se desta a devida exposição dos motivos ensejadores da mudança contratual. Vale dizer que, conforme esclarecedora lição de Marçal Justen Filho:

A Administração, após realizar a contratação, não pode impor alteração da avença mercê da simples invocação da sua competência discricionária. Essa discricionariedade já se exauriu porque exercida em momento anterior e adequado. A própria Súmula n. 473 do STF representa obstáculo à alteração contratual que se reporte apenas à discricionariedade administrativa. A Administração tem de evidenciar, por isso, a superveniência de motivo justificador da alteração contratual. Deve evidenciar que a solução localizada na



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



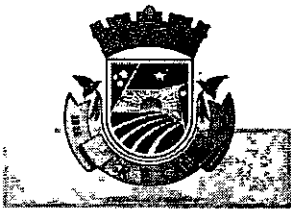
fase interna da licitação não se revelou, posteriormente, como a mais adequada. Deve indicar que os fatos posteriores alteraram a situação de fato ou de direito e exigem um tratamento distinto daquele adotado. Essa interpretação é reforçada pelo disposto no art. 49, quando ressalva a faculdade de revogação da licitação apenas diante de "razões de interesse público decorrente de fato superveniente (...)" JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005 pg 538 (destacamos)

A doutrina pátria diverge em relação à aplicabilidade dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei n. 8.666/93 as alterações qualitativas. Alguns estudiosos, como José dos Santos, Carvalho Filho e Jessé Torres Pereira Junior, **entendem que tanto as alterações quantitativas como as qualitativas estão submetidas aos aludidos limites.** Nesse sentido, destaca-se o entendimento do TERCEIRO autor mencionado, ao comparar as regras estabelecidas pelo Decreto-Lei n. 2.300/86 e pela Lei n. 8.666/93:

Cotejadas com as correspondentes regras do Decreto-Lei n. 2.300/86, as dos §§ 1º e 2º da Lei n. 8.666/93 apresentam identidades e inovações. As primeiras: a) a **Administração pode promover as alterações qualquer que seja o objeto do contrato (obras, serviços ou compras); b) os limites de 25% e de 50% referem-se tanto à hipótese da alínea a quanto à da alínea b do inciso I; (...)** As segundas: (...) b) à administração é vedado ultrapassar tais limites (de 25% e de 50%) a qualquer título, seja para acréscimo ou supressão (o que era admitido, como exceção, no art. 55, § 4º, do Dec.-Lei n. 2.300/86). (...)

O § 2º, com a redação da Lei n. 9.648/98, veio conter toda e qualquer alteração contratual, inclusive a decorrente de acordo, nos limites de acréscimo ou supressão estabelecidos no § 1º, salvo se a alteração consistir em supressão consensual. **Quer dizer que, até 25% ou 50%, conforme o caso, a supressão poderá ser imposta por ato unilateral da administração; acima desses limites, poderá ocorrer a supressão, desde que haja acordo.** Compreenda-se a inteligência do novo § 2º: os limites não podem ser ultrapassados quando se tratar de acréscimo porque se estaria a vulnerar a principiologia dos contratos administrativos. (grifo nosso)

Por outro lado, a ampla maioria da doutrina nacional defende que os limites em questão não se aplicam às eventuais alterações qualitativas. (Nesse sentido, entre outros: JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 554-556; D'ÁVILA, Vera Lúcia Machado. Temas polêmicos sobre licitações e



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



contratos. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 315; TÁCITO, Caio. Contrato administrativo – Alteração quantitativa e qualitativa – limites de valor. Boletim de licitações e contratos, mar. 1997, p.118; SILVA, Antônio Marcello da. Alteração de projeto, variação de quantidades e direito ao equilíbrio financeiro do contrato. Boletim de licitações e contratos, jan. 1996, p.16)

Nesse sentido, cita-se o apontamento do Ministro do Supremo Tribunal Federal Eros Roberto Grau, TERCEIRO o qual:

Neste caso, das modificações de projetos podem decorrer encargos para o contratado, encargos aos quais, mercê da incidência da regra do § 6º do art. 65 da Lei n. 8.666/93 — que confere concreção ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro do contrato —, evidentemente, deve corresponder o aumento de sua remuneração. Aqui não há alteração quantitativa do contrato, porém, qualitativa, razão pela qual não alcança o caso a limitação quantitativa de seu objeto — art. 65, § 1º, b, da Lei n. 8.666/93 — explicitada como acréscimo (nas obras) — § 2º desse mesmo art. 65. Note-se bem: o aumento da remuneração do contratado decorre de modificação do projeto, ainda que envolva acréscimo de obras — classe de casos abrangidos pela hipótese da regra veiculada pelo art. 65, I, a, da Lei n. 8.666/93 —, e não de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato (conceito cujo termo é completado na menção a acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras) — classe de casos abrangidos pela hipótese da regra veiculada pelo art. 65, I, b, da Lei n. 8.666/93. Exemplificando com a hipótese da compra, pela Administração, de unidades de determinado equipamento: (I) a Administração poderá, com esteio no que dispõe o art. 65, I, b, da Lei n. 8.666/93, adquirir número maior de unidades desse mesmo equipamento, até 25% do valor inicial atualizado do contrato; (II) a Administração poderá, com esteio no que dispõe o art. 65, I, a, da Lei n. 8.666/93, exigir a modificação das especificações dos equipamentos, desde que “para melhor adequação técnica aos seus objetivos”, ainda que dessa modificação de especificações decorra aumento, do valor inicial atualizado do contrato, superior a 25% dele. A única limitação que no caso incide é enunciada pelo texto desse art. 65, I, a: “melhor adequação técnica (do contrato) aos seus objetivos”.¹⁸ (destacamos)

Dessa feita, TERCEIRO a corrente predominante, o legislador estabeleceu duas modalidades distintas de modificação contratual, SUJEITAS A REGIMES DISTINTOS. As alterações quantitativas se encontram disciplinadas pelo disposto no inc. I, b, e nos §§ 1º e 2º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93. Por seu turno, as alterações qualitativas estão subordinadas ao prescrito no art. 65, I, a, combinado com o § 6º do referido dispositivo.



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

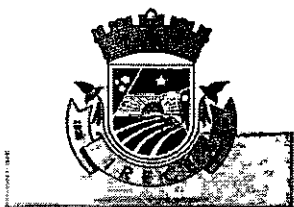
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



Não obstante, divergindo do posicionamento adotado pela doutrina majoritária, o Tribunal de Contas da União, na Decisão nº. 215/99, de relatoria do Ministro José Antônio de Macedo, seguindo o parecer do ilustre Subprocurador-Geral do Ministério Público junto aquele Tribunal, Lucas Rocha Furtado, firmou entendimento no sentido de que tanto as alterações quantitativas como as qualitativas estão sujeitas aos limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93. Contudo, na hipótese de alterações contratuais consensuais e qualitativas, decorrentes de situação excepcional, admitiu-se a ultrapassagem dos referidos limites, uma vez demonstrado que a adoção de outra alternativa representaria insuportável sacrifício ao interesse público primário e desde que respeitados determinados pressupostos, in verbis:

a) tanto as alterações contratuais quantitativas — que modificam a dimensão do objeto — quanto as unilaterais qualitativas — que mantêm intangível o objeto, em natureza e em dimensão — estão sujeitas aos limites preestabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei n. 8.666/93, em face do respeito aos direitos do contratado, prescrito no art. 58, I, da mesma lei; do princípio da proporcionalidade e da necessidade de esses limites serem obrigatoriamente fixados em lei; b) nas hipóteses de alterações contratuais consensuais, qualitativas e excepcionais de contratos de obras e serviços, é facultado à Administração ultrapassar os limites aludidos no item anterior, observados os princípios da finalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, além dos direitos patrimoniais do contratante privado, desde que satisfeitos cumulativamente os seguintes pressupostos: I — não acarretar para a administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório; II — não possibilitar a inexecução contratual, a vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado; III — decorrer de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou a otimização do cronograma de execução e a antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes; VI — demonstrar-se — na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual que extrapole os limites legais mencionados na alínea a, supra — que as consequências da outra alternativa (a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação)

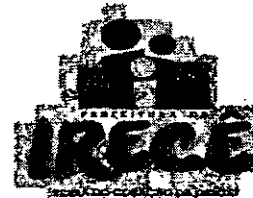


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



importam sacrifício insuportável ao interesse público primário (interesse coletivo) a ser atendido pela obra ou serviço; ou seja, gravíssimas a esse interesse; inclusive quanto a sua urgência e emergência.

Embora seja salutar a fixação de um parâmetro para a alteração dos contratos administrativos, a fim de se evitem condutas abusivas envolvendo a execução dos mencionados contratos, **NÃO SE MOSTRA RAZOÁVEL A IMPOSIÇÃO DOS LIMITES PRESCRITOS NO ART. 65, §§ 1º E 2º, DA LEI DE LICITAÇÕES ÀS ALTERAÇÕES QUALITATIVAS**. Essas, conforme explicitado, decorrem de situações supervenientes que exigem a alteração do projeto ou de suas especificações, visto que **O CONTRATO TAL COMO INICIALMENTE FIRMADO NÃO SE APRESENTA COMO O MAIS ADEQUADO AO ATENDIMENTO DA FINALIDADE PÚBLICA**.

Assim, urge evidenciar a necessidade de alteração do contrato, a inalterabilidade da essência do objeto contratado, a exequibilidade da nova avença para o contratado. Ademais, cabe à Administração Pública **DEMONSTRAR QUE ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO CONTRATO CONSTITUI A ALTERNATIVA MAIS ADEQUADA À SATISFAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO**, em comparação com a possível rescisão do contrato, a realização de nova licitação e a posterior contratação, levando-se em consideração diversos princípios norteadores da atividade administrativa.

Nesse sentido, insta notar que os pressupostos listados na **Decisão nº. 215/99 do Tribunal de Contas da União para a excepcional ultrapassagem dos limites insertos nos referidos dispositivos legais, mencionados nos incs. I a VI, referem-se à observância, em especial, dos princípios da economicidade, da licitação, da eficiência, da inalterabilidade do objeto, da igualdade, da moralidade e da motivação**.

Ora, o respeito a tais princípios se faz imperioso para a realização de toda e qualquer alteração qualitativa; independentemente da porcentagem do valor inicial atualizado do contrato que essa represente. Ou seja, o preenchimento dos requisitos em questão não é necessário apenas para a hipótese de ultrapassagem dos aludidos limites, mas para todas as alterações qualitativas, razão pela qual não se justifica o entendimento TERCEIRO o qual aqueles lhes são aplicáveis.

Devidamente motivada a alteração qualitativa, sendo essa a melhor alternativa para satisfazer o interesse público primário, parece ilógico fixar um limite percentual a sua realização.

Por fim, reforçando esse entendimento, cabe destacar a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, TERCEIRO a qual os limites estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei de Licitações não se aplicam às alterações qualitativas nem às situações excepcionais que demandem a alteração do contrato administrativo, verbis:

É sob a iluminação destes cânones que há de ser entendida a asserção, dantes feita, de que, sobretudo nos casos da letra a do art. 65, mas não exclusivamente neles, cabe superação dos limites percentuais estabelecidos na Lei n. 8.666. É também ao lume destes mesmos vetores exegéticos que se haverão de



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



estabelecer, cerceios a tal possibilidade, para, afinal, buscar caracterizar a espécie de situações em que se deve considerar justificada, em nome do interesse público e sem gravames para o princípio da licitação (com os valores nele resguardados), a superação dos aludidos limites de 25 ou 50%, conforme o caso, contemplados na Lei n. 8.666. (...)

Ao cabo das considerações até então feitas, impende dizer que nas hipóteses aludidas não há ferimento ao princípio da licitação e dos valores que nele se albergam. Não há ferimento ao princípio da igualdade, pois todos os que disputaram o certame fizeram-no sob determinadas condições, e a quem quer que fosse o vencedor aplicar-se-iam as mesmas eventualidades de superação dos limites referidos no § 1º do art. 65, perante as circunstâncias aludidas. Não há ferimento ao princípio da busca do negócio mais vantajoso às conveniências públicas por serem precisamente elas que reclamam dita superação. Não há, igualmente, ofensa ao princípio da probidade administrativa porquanto, conforme dito, as autoridades públicas, em comum acordo com os contratados, não têm liberdade para agir ao seu sabor nas ampliações mencionadas, já que só poderão fazê-lo ante hipóteses do gênero indicado.

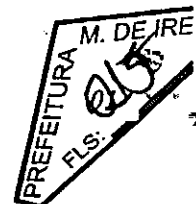
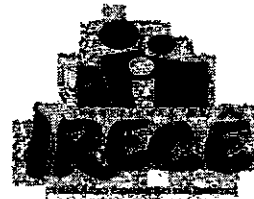
A possibilidade de agravos à probidade nestas situações não é distinta da que pode irromper na grande maioria dos atos administrativos, inexistindo, pois, o que a peculiarizasse em confronto com quaisquer outras. MELLO: Extensão das alterações dos contratos administrativos: a questão dos 25%. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n. 4, nov./dez. 2005; jan. 2006, p. 16-21. (destacamos)

Diante do exposto, depreende-se não, assistir razão ao entendimento que propugna pela aplicação dos limites fixados nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei n. 8.666/93 às alterações qualitativas dos contratos administrativos. Sendo tais alterações decorrentes de situações supervenientes, impositivas da alteração do projeto ou de suas especificações, visando à solução mais apropriada para a satisfação do interesse público, mostra-se despropositada a imposição de tais limites. Faz-se necessário, porém, evidenciar a necessidade de alteração do contrato, a inalterabilidade da essência do objeto contratado, a exequibilidade da nova avença para o contratado. Ademais, cabe à Administração Pública demonstrar que a alteração qualitativa do contrato constitui a alternativa mais adequada à satisfação do interesse público, em comparação com a possível rescisão do contrato, a realização de nova licitação e a posterior contratação, levando-se em consideração diversos princípios norteadores da atividade administrativa, em especial, os princípios da economicidade, da licitação, da eficiência, da inalterabilidade do objeto, da igualdade, da moralidade e da motivação.



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

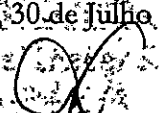
Prça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



Em face de todo o exposto, não há impedimento de ordem legal para o acolhimento da postulação, podendo desta forma ser efetivado a alteração da forma pretendida, cuja minuta segue em anexo.

É o nosso parecer, s.m.j

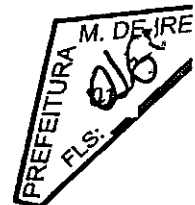
Irecê, Bahia, 30 de Julho de 2019.


DAIANE DE MIRANDA FEITOSA
PROCURADORA DO MUNICIPIO DE IRECÊ
OAB/BA nº 45.681



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



Encaminhe-se ao Sr. Controlador Interno, para competente análise, e, posteriormente, ao Sr. Prefeito a Minuta do Termo de Aditamento e o Parecer em 02 (duas) laudas para ulteriores deliberações.

Irecê/BA, 30 de Julho de 2019.

DAIANE DE MIRANDA FEITOSA
PROCURADORA DO MUNICIPIO DE IRECÊ
OAB/BA nº 45.681

MINUTA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº/20****

MINUTA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
xxxx/20xx, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO
DE xxxxx E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

O MUNICÍPIO DE ~~XXXXXX~~, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~, com sede à ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~, neste ato representado pelo Sr. ~~XXXXXXXXXXXX~~, brasileiro, maior, portador do CPF/MF nº ~~XXXXXXXXXXXX~~, Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, de outro lado a empresa ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~, estabelecida na ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~, CNPJ nº ~~XXXXXXXXXXXX~~, neste ato representada pelo Sr(a). ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~, portador da carteira de identidade RG nº ~~XXXXXXXXXXXX~~, inscrito no CPF sob o nº ~~XXXXXXXXXXXX~~, a seguir denominada de **CONTRATADA**, em face do que consta no contrato original, resolvem celebrar **TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº ~~XXXX20XXX~~**, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Constitui objeto deste Termo Aditivo a Alteração Qualitativa, Quantitativa e de Valor do contrato n°. xxxxx/20xx, referente à xx.

Parágrafo Primeiro: Fica acrescido o valor total de R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), o que corresponde a aproximadamente xxxx,xxx% (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) do valor do contrato, ou seja: passando o valor global de R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) para R\$ xxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), tendo em vista a alteração qualitativa de quantitativo e valor, nos termos da planilha em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93 e na Clausula xxxxxxxxxxxx do Contrato nº xxxx/20xxx.



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim se encontrarem justos e contratados, celebram o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias, de igual conteúdo e forma, na presença de duas testemunhas, para que projeto seus legais efeitos.

xxxxxxxxxx/BA, xxxx de xxxxxxxxx de 20xxx.

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

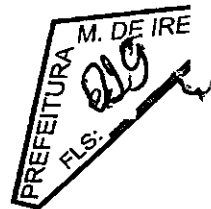
1. _____ CPF _____

2. _____ CPF _____



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



Irecê/BA, 31 de Julho de 2019.

Senhor Prefeito,

Estamos encaminhando a Vossa Excelência para que seja ratificado/homologado, se assim entender, o Processo relativo ao Termo Aditivo que versa sobre a Alteração Qualitativa, Quantitativa e de Valor do contrato nº. 012809/2018, referente à prestação de serviços de Implantação e/ou Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Cobertura da Quadra Poliesportiva de Angical, Município de Irecê/BA e a empresa **CONSTRUTORA NORDESTE LTDA**, por ocasião da TOMADA DE PREÇOS nº 008/2018, a fim de que seja ratificado/homologado.

Sobreleva destacar que o referido processo já fora analisado e aprovado pelo procurador jurídico do Município, como consta nos autos, estando apto, portanto, para a ratificação/homologado.

Sem mais para o momento, apresentamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Edivanilson Alecrim Machado

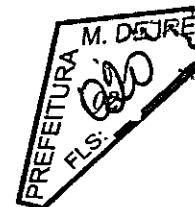
Controlador Interno

Exmo. Sr.
Elmo Vaz Bastos de Matos
NESTA



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



TERMO DE RATIFICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº. PA013007/2019

Contrato nº 012809/2018

Destarte, pelas razões emanadas da Assessoria Jurídica, as quais concluem pela plena viabilidade da modificação contratual, delibero pelo deferimento do termo de aditamento firmado com a empresa **CONSTRUTORA NORDESTE LTDA**, nos termos sugeridos pela Procuradoria.

Irecê (BA), 01 de Agosto de 2019.

ELMO VAZ BASTOS DE MATOS

Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que a **RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO** acima foi afixada no quadro de avisos desta Prefeitura Municipal para conhecimento geral.

Em, 01 de Agosto de 2019.


Leandro Vieira Magalhães

Secretário de Planejamento e Administração

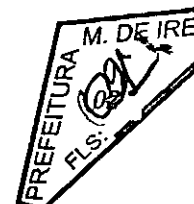


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012809/2018.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 012809/2018, QUE ENTRE SI FAZEM O
MUNICÍPIO DE IRECÊ E A EMPRESA
CONSTRUTORA NORDESTE LTDA.

O **MUNICÍPIO DE IRECÊ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.715.891/0001-04, com sede à Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê, Bahia, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **Elmo Vaz Bastos de Matos**, portador da carteira de identidade RG nº 203593146 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 404.658.965-53, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Paranaíba, 173, Fórum, Irecê-Ba, **Prefeito Municipal**, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, de outro lado a empresa **CONSTRUTORA NORDESTE LTDA**, situada à Av. Januario Alves, 275, Centro, Presidente Dutra, BA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.730.635/0001-70, neste ato representada pelo Sr. Edson Machado Gonçalves, brasileiro, Engenheiro Civil, portador da Carteira de Identidade Profissional CREA/BA nº 14.067-D, inscrito no CIC/MF sob o nº 124.380.145-04, a seguir denominada de **CONTRATADA**, em face do que consta no contrato original, resolvem celebrar **TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 012809/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Constitui objeto deste Termo Aditivo a Alteração Qualitativa, Quantitativa e de Valor do contrato nº. 012809/2018, referente à Prestação de serviços de Implantação e/ou Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Cobertura da Quadra Poliesportiva de Angical, Município de Irecê/BA.

Parágrafo Primeiro: Fica acrescido o valor total de **R\$ 51.650,35 (cinquenta e um mil seiscentos e cinquenta reais e trinta e cinco centavos)**, o que corresponde a aproximadamente **21,41% (vinte e um vírgula quarenta e um por cento)** do valor do contrato, ou seja: passando o valor global de **R\$ 241.237,24 (duzentos e quarenta e um mil, duzentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos)** para **R\$ 292.887,59 (duzentos e noventa e dois mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos)**, tendo em vista a alteração qualitativa de quantitativo e valor, nos termos da planilha em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente termo correrão por conta da dotação orçamentária, conforme abaixo:

02.14.02	1042	4490.51.00.	100
----------	------	-------------	-----

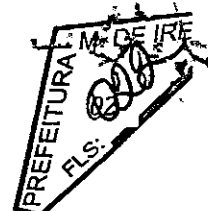


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93 e na Clausula Sexta do Contrato nº 012809/2018.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim se encontrarem justos e contratados, celebram o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias, de igual conteúdo e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus legais efeitos.

Irecê/BA, 01 de Agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE IRECÊ

Elmo Vaz Bastos de Matos

CONTRATANTE

CONSTRUTORA NORDESTE LTDA

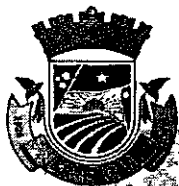
Rep. Sr. Edson Machado Gonçalves

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.  _____ CPF: 028.443.295-43

2.  _____ CPF: 01256507604

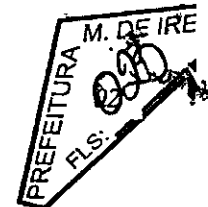


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 012809/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO de nº. **012809/2018**, que entre si firmaram o **MUNICÍPIO DE IRECÊ** e a empresa **CONSTRUTORA NORDESTE LTDA. Objeto:** Constitui objeto deste Termo Aditivo a Alteração Qualitativa, Quantitativa e de Valor do contrato nº. 012809/2018, referente à Prestação de serviços de Implantação e/ou Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Cobertura da Quadra Poliesportiva de Angical, Município de Irecê/BA. Fica acrescido o valor total de **R\$ 51.650,35 (cinquenta e um mil seiscentos e cinquenta reais e trinta e cinco centavos)**, o que corresponde a aproximadamente **21,41% (vinte e um vírgula quarenta e um por cento)** do valor do contrato, ou seja: passando o valor global de **R\$ 241.237,24 (duzentos e quarenta e um mil duzentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos)** para **R\$ 292.887,59 (duzentos e noventa e dois mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos)**. **Origem:** TOMADA DE PREÇOS nº 008/2018. Devendo o presente Extrato ser afixado no quadro de avisos desta Prefeitura para conhecimento geral.

Irecê/BA, 01 de Agosto de 2019.

Elmo Vaz Bastos de Matos

Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, 01 de Agosto de 2019.

Leandro Vieira Magalhães

Secretário de Planejamento e Administração



Construtora Nordeste Ltda.
CNPJ 02.730.635/0001-70 insc est 049.457.489 - insc munc 0093 fone (74) 3641-0363
End: Av. Januário Alves 275, Centro Presidente Dutra Ba.
CEP 44930-000



OBRA: IMPLANTAÇÃO E/OU MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA ESPORTE EDUCACIONAL, RECREATIVO E DE LAZER - COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DE ANGICAL

LOCAL: POVOADO DE ANGICAL, MUNICÍPIO DE ITRECÊ BA.

TP 008/2018

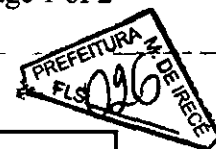
DATA: 27/02/2019


VALOR DO CONTRATO R\$ 241.237,24
VALOR REPROGRAMADO R\$ 292.887,59
VALOR A SER ADITADO R\$ 51.650,35

PLANILHA ORÇAMENTARIA REPROGRAMADA

ITEM	SINAPI	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	VALOR	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR REPROGRAMADO
L		COBERTURA QUADRA DO ANGICAL					R\$ 241.237,24	R\$ 292.887,59
L.1		SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 15.735,82	R\$ 15.735,82
L.1.0.1	SINAPI 74205/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	30,00	10,00	R\$ 327,05	R\$ 3.270,50	R\$ 3.270,50
L.1.0.2	SINAPI 9540	ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA MONOFÁSICA 50A COM POSTE DE CONCRETO	UN	1,00	1,00	R\$ 1.073,43	R\$ 1.073,43	R\$ 1.073,43
L.1.0.3	SINAPI 41598	ENTRADA PROVISÓRIA DE ENERGIA ELÉTRICA AÉREA TRIFÁSICA 40A EM POSTE	UN	1,00	1,00	R\$ 1.560,78	R\$ 1.560,78	R\$ 1.560,78
L.1.0.4	ORSE 6096	LIGAÇÃO PRELIMINAR DE ÁGUA EM MURETA DE CONCRETO, PROVISÓRIA OU DEFINITIVA, COM FORNECIMENTO DE	UN	1,00	1,00	R\$ 459,27	R\$ 459,27	R\$ 459,27
L.1.0.5	SINAPI 93208	EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA	M2	8,00	8,00	R\$ 573,31	R\$ 4.586,48	R\$ 4.586,48
L.1.0.6	SINAPI 74077/3	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA ATRAVÉS DE GARANTO DE TÁBUAS CORRIDAS	M2	523,32	257,78	R\$ 6,70	R\$ 3.506,24	R\$ 5.233,36
L.2		PREPARO DE FUNDOS					R\$ 3.841,09	R\$ 3.841,09
L.2.0.1	SINAPI 93358	ESCVAÇÃO MANUAL DE VALAS, AF 03/2016	M3	23,52	4,72	R\$ 63,44	R\$ 1.492,11	R\$ 1.791,34
L.2.0.2	ORSE 2660	APILAMENTO MANUAL DE FUNDO DE VALA	m2	54,12		R\$ 20,73	R\$ 1.121,91	R\$ 1.121,91
L.2.0.3	SINAPI 96995	REATERRO MANUAL, APILADO COM SOLUETE, AF 10/2017	M3	18,90		R\$ 38,51	R\$ 727,84	R\$ 727,84
L.3		CONCRETO ARMADO - SAPATAS					R\$ 26.407,54	R\$ 26.407,54
L.3.1.1	SINAPI 83534	LASTRO DE CONCRETO, PREPARO MECÂNICO, INCLUSOS ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	M3	1,76		R\$ 575,08	R\$ 1.012,14	R\$ 1.012,14
L.3.1.2	SINAPI 96541	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA SAPATA EM CHAPA DE	M2	76,32		R\$ 119,49	R\$ 9.119,48	R\$ 9.119,48
L.3.1.3	SINAPI 96546	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM	KG	706,73		R\$ 8,71	R\$ 6.155,62	R\$ 6.155,62
L.3.1.4	SINAPI 96543	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM	KG	190,91		R\$ 13,15	R\$ 2.510,47	R\$ 2.510,47
L.3.1.5	SINAPI 92720	CONCRETAGEM DE PILARES, FCX = 25 MPa, COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM	M3	17,42		R\$ 435,85	R\$ 7.609,93	R\$ 7.609,93
L.3.2		CONCRETO ARMADO - VIGAS BALDRAME					R\$ 9.481,38	R\$ 9.481,38
L.3.2.1	SINAPI 83534	LASTRO DE CONCRETO, PREPARO MECÂNICO, INCLUSOS ADITIVO IMPERMEABILIZANTE	M3	1,58		R\$ 575,05	R\$ 909,53	R\$ 909,53
L.3.2.2	SINAPI 96542	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA VIGA BALDRAME EM	M2	63,20	21,17	R\$ 51,67	R\$ 3.265,54	R\$ 4.359,29
L.3.2.3	SINAPI 96546	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM	KG	177,09	59,31	R\$ 8,71	R\$ 1.542,45	R\$ 1.025,83
L.3.2.4	SINAPI 96543	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM	KG	76,27	25,55	R\$ 13,15	R\$ 1.002,95	R\$ 657,03
L.3.2.5	SINAPI 92720	CONCRETAGEM DE PILARES, FCX = 25 MPa, COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM	M3	16,32	2,12	R\$ 435,85	R\$ 2.760,89	R\$ 3.685,62
L.4		CONCRETO ARMADO - REVESTIMENTO DOS PILARES					R\$ 4.893,01	R\$ 4.893,01
L.4.1.1	SINAPI 92423	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS	M2	59,76		R\$ 47,22	R\$ 2.821,87	R\$ 2.821,87
L.4.1.2	SINAPI 92720	CONCRETAGEM DE PILARES, FCX = 25 MPa, COM USO DE BOMBA EM EDIFICAÇÃO COM	M3	4,97	0,43	R\$ 435,85	R\$ 2.171,14	R\$ 2.359,99
L.4.2		ESTRUTURA METÁLICA					R\$ 64.554,43	R\$ 64.554,43
L.4.2.1	SINAPI 73970/1	ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO ESTRUTURAL PERFIL 71X5 1/4	KG	3.200,77		R\$ 10,98	R\$ 35.144,45	R\$ 35.144,45
L.4.2.2	SINAPI 7201	ESTRUTURA METÁLICA EM TESTEIRAS OU TRELIÇAS, VAO LIVRE DE 15M	M2	77,56	8,54	R\$ 80,96	R\$ 5.587,86	R\$ 6.279,26
L.4.2.3	SINAPI 92580	TRAMA DE AÇO COMPOSTA POR TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA	M2	622,13	286,25	R\$ 38,29	R\$ 23.822,12	R\$ 34.782,44
L.5		TELHAMENTO					R\$ 51.877,02	R\$ 51.877,02
L.5.0.1	ORSE 4984	TELHAMENTO COM TELHA DE ALUMÍNIO, ONDULADA, AMARELO REAL/BRANCO ALASKA, UMA F.ACE, ESP = 0,6 MM	m2	652,20	73,76	R\$ 71,46	R\$ 46.608,21	R\$ 51.877,02
L.5.0.2	ORSE 4984	TELHAMENTO COM TELHA DE ALUMÍNIO, ONDULADA, AMARELO REAL/BRANCO ALASKA, UMA F.ACE, ESP = 0,6 MM "LATERAIS TRAVES"	m2	222,14	101,45	R\$ 71,46	R\$ 15.874,12	R\$ 23.123,74
L.5.0.3	ORSE 4984	TELHAMENTO COM TELHA DE ALUMÍNIO, ONDULADA, AMARELO REAL/BRANCO ALASKA, UMA F.ACE, ESP = 0,6 MM	m2	157,30	38,22	R\$ 71,46	R\$ 11.240,66	R\$ 13.971,86
L.5.0.4	ORSE 244	TELHAMENTO COM TELHA TRANSLÚCIDA EM FIBRA DE VIDRO, ONDULADA, 2,44 X 0,50 M, ESP=6MM, FORTLEV III	m2	51,87	19,14	R\$ 49,97	R\$ 2.591,94	R\$ 3.548,37
L.5.0.5	SINAPI 94228	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 50 CM	M	84,32	3,72	R\$ 58,65	R\$ 3.772,37	R\$ 3.990,55
L.6		PINTURA					R\$ 2.854,98	R\$ 2.854,98
L.6.0.1	SINAPI 73860	PINTURA EPOXI, DUAS DEMAS	M2	61,20		R\$ 46,65	R\$ 2.854,98	R\$ 2.854,98
L.6.0.2	SINAPI 73865/1	FUNDO PREPARADOR PRIMER A BASE DE EPOXI, PARA ESTRUTURA METÁLICA, UMA	M2	298,67	282,08	R\$ 8,36	R\$ 2.486,88	R\$ 4.855,00
L.6.0.3	SINAPI 73924/3	PINTURA ESMALTE FOSCO, DUAS DEMAS, SOBRE SUPERFÍCIE METÁLICA	M2	298,67	282,08	R\$ 26,62	R\$ 7.950,60	R\$ 15.458,65
L.7		TUBULAÇÕES E CONEXÕES DE PVC					R\$ 1.947,98	R\$ 1.947,98
L.7.1.1	SINAPI 89580	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM	M	22,00		R\$ 46,31	R\$ 1.018,82	R\$ 1.018,82
L.7.1.2	SINAPI 89550	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA	UN	12,00		R\$ 77,43	R\$ 929,16	R\$ 929,16
L.7.2		ACESSÓRIOS					R\$ 197,16	R\$ 197,16
L.7.2.1	ORSE 7752	RAIO HEMISFÉRICO EM FERRO FUNDIDO TIPO ABACAXI, DN=150MM	un	4,00		R\$ 49,29	R\$ 197,16	R\$ 197,16
L.8		ATERRAMENTO					R\$ 310,55	R\$ 310,55
L.8.0.1	ORSE 3260	ATERRAMENTO COMPOSTO DE NASTE DE COBRE L = 2,40M, INTERLIGADA COM CABO DE COBRE TIPO CORDALHA	m	5,00		R\$ 62,11	R\$ 310,55	R\$ 310,55

1.8.0.2.	ORSE	9200	CACA PRÉ MOLDADA EM CONCRETO C/TAMPA PARA ATERRAMENTO (20x20x5)CM, PADRÃO E NERGISA	UN	5,00		5,00	R\$ 20,28	R\$ 101,40	R\$ 101,40
1.8.0.3.	ORSE	9051	CACA DE EQUALIZAÇÃO P/ATERRAMENTO 20x20x0,00CM DE SOBREPOR P/4 TERMINAIS DE PRESSÃO	UN	1,00		1,00	R\$ 260,03	R\$ 260,03	R\$ 260,03
1.8.0.4.	SINAPI	96973	CORRALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO	M	17,50		17,50	R\$ 37,35	R\$ 653,63	R\$ 653,63
1.8.0.5.	SINAPI	96974	CORRALHA DE COBRE NU 50 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO	M	110,00		110,00	R\$ 45,97	R\$ 5.058,70	R\$ 5.058,70
1.8.0.6.	SINAPI	93008	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 50 MM (1 1/2") - FORNECIMENTO E	M	19,00		19,00	R\$ 12,45	R\$ 236,55	R\$ 236,55
1.8.0.7.	ORSE	10907	CONECTOR CABO-HASTE EM BRONZE NATURAL PARA 2 CABOS COBRE DE 35MM² A 70MM² COM GRAMPO "U" E	UN	5,00		5,00	R\$ 6,00	R\$ 30,00	R\$ 30,00
1.8.0.8.	ORSE	9049	CONECTOR DE MEDIÇÃO EM BRONZE C/4 PARAFUSOS P/CABOS DE COBRE 16-70MM² REF TEL - 560 (PARA-	UN	5,00		5,00	R\$ 25,19	R\$ 125,95	R\$ 125,95
1.8.0.9.	SINAPI	72762	TERMINAL DO CONECTOR DE PRESSÃO - PARA CABO 35MM² - FORNECIMENTO E,	UN	5,00		5,00	R\$ 15,00	R\$ 75,00	R\$ 75,00
1.9.										
1.9.1.			CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO						R\$ 894,77	
1.9.1.1.	SINAPI	83463	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PARA 12	UN	1,00		1,00	R\$ 254,51	R\$ 254,51	R\$ 254,51
1.9.1.2.	SINAPI	68066	CACA DE PROTEÇÃO PARA MEDIDOR MONOFÁSICO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00		1,00	R\$ 117,73	R\$ 117,73	R\$ 117,73
1.9.1.3.	SINAPI	74130/1	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRÃO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A	UN	1,00		1,00	R\$ 14,84	R\$ 14,84	R\$ 14,84
1.9.1.4.	SINAPI	74130/1	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO MONOPOLAR PADRÃO NEMA (AMERICANO) 10 A 30A	UN	5,00		5,00	R\$ 14,84	R\$ 74,20	R\$ 74,20
1.9.1.5.	SINAPI	74130/4	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR PADRÃO NEMA (AMERICANO) 10 A 50A, 240V	UN	2,00		2,00	R\$ 95,37	R\$ 190,74	R\$ 190,74
1.9.1.6.	ORSE-I	8882	DISJUNTOR TRIPOLAR DR 25 A, DISPOSITIVO RESIDUAL DIFERENCIAL	UN	1,00		1,00	R\$ 153,89	R\$ 153,89	R\$ 153,89
1.9.1.7.	ORSE-I	9332	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO 40KA/350V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00		1,00	R\$ 94,43	R\$ 94,43	R\$ 94,43
1.9.1.8.	ORSE-I	9332	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO 100KA/350V, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00		1,00	R\$ 94,43	R\$ 94,43	R\$ 94,43
1.9.2.			ELETRODUTOS E ACESSÓRIOS						R\$ 2.563,27	
1.9.2.1.	SINAPI	95746	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE LEVE, DN 25 MM (1"), APARENTE	M	70,00		70,00	R\$ 15,15	R\$ 1.060,50	R\$ 1.060,50
1.9.2.2.	SINAPI	95748	ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO, CLASSE SEMI PESSADO, DN 40 MM (1 1/2")	M	10,00		10,00	R\$ 23,96	R\$ 239,60	R\$ 239,60
1.9.2.3.	SINAPI-I	2595	CONDULETE DE ALUMÍNIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCÁVEL DE 4", COM TAMPA	UN	5,00		5,00	R\$ 172,10	R\$ 860,50	R\$ 860,50
1.9.2.4.	SINAPI-I	2574	CONDULETE DE ALUMÍNIO TIPO T, PARA ELETRODUTO ROSCÁVEL DE 3/4", COM TAMPA	UN	4,00		4,00	R\$ 9,66	R\$ 38,64	R\$ 38,64
1.9.2.5.	SINAPI-I	2580	CONDULETE DE ALUMÍNIO TIPO X, PARA ELETRODUTO ROSCÁVEL DE 3/4", COM TAMPA	UN	1,00		1,00	R\$ 12,15	R\$ 12,15	R\$ 12,15
1.9.2.6.	ORSE	8441	ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO "D" DE 3/4"	UN	40,00		40,00	R\$ 4,17	R\$ 166,80	R\$ 166,80
1.9.2.7.	ORSE	12140	ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO "D" DE 1"	UN	4,00		4,00	R\$ 4,23	R\$ 16,92	R\$ 16,92
1.9.2.8.	ORSE	10209	ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO "U" DE 3/4" (26MM) COM FRAÇÕES, P/TUBO GALVANIZADO	UN	2,00		2,00	R\$ 2,71	R\$ 5,42	R\$ 5,42
1.9.2.9.	ORSE	9924	BUCHA COM ARRUELA EM LIGA ESPECIAL ZAMAK P/ELETRODUTO 20MM, D=3/4"	UN	50,00		50,00	R\$ 0,80	R\$ 45,00	R\$ 45,00
1.9.2.10.	ORSE	344	BUCHA COM ARRUELA EM LIGA ESPECIAL ZAMAK P/ELETRODUTO 25MM, D=1"	UN	4,00		4,00	R\$ 1,75	R\$ 7,00	R\$ 7,00
1.9.2.11.	SINAPI	95757	LUVA DE EMENDA PARA ELETRODUTO, AÇO GALVANIZADO, DN 20 MM (3/4"), APARENTE	UN	10,00		10,00	R\$ 9,01	R\$ 90,10	R\$ 90,10
1.9.2.12.	SINAPI	95758	LUVA DE EMENDA PARA ELETRODUTO, AÇO GALVANIZADO, DN 25 MM (1"), APARENTE	UN	2,00		2,00	R\$ 10,32	R\$ 20,64	R\$ 20,64
1.9.3.			CABOS E FIOS CONDUTORES						R\$ 1.254,81	
1.9.3.1.	SINAPI	91926	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS	M	3,00		3,00	R\$ 2,97	R\$ 8,91	R\$ 8,91
1.9.3.2.	SINAPI	91928	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS	M	280,00		280,00	R\$ 4,45	R\$ 1.246,00	R\$ 1.246,00
1.9.4.			ILUMINAÇÃO E TOMADAS						R\$ 9.809,68	
1.9.4.1.	SINAPI	92001	TOMADA BACA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA	UN	1,00		1,00	R\$ 28,28	R\$ 28,28	R\$ 28,28
1.9.4.2.	ORSE	9208	LUMINÁRIA COM PROTEÇÃO EM TELA GALVANIZADA, INCL. LÂMPADA VAPOR SÓDIO 400W E REATOR, TECNOLUX	UN	20,00		20,00	R\$ 489,07	R\$ 9.781,40	R\$ 9.781,40
1.10.										
1.10.0.1.	SINAPI	9557	LIMPEZA FINAL DA OBRA	M2	519,00		519,00	R\$ 2,42	R\$ 1.255,98	R\$ 1.255,98
1.11.										
1.11.0.1.	SINAPI	74106/1	IMPERMEABILIZAÇÃO DE ESTRUTURAS ENTERRADAS, COM TINTA ASFÁLTICA DUAS	M2	19,16		19,16	R\$ 9,86	R\$ 188,92	R\$ 188,92
1.12.										
1.12.0.1.	SINAPI	74106/1	REMOÇÃO DOS POSTES	UN	0,00	4,00	4,00	R\$ 650,00	R\$ -	R\$ 2.600,00
1.12.0.2.	LOCAL	SEM C.O.	DEMOLIÇÃO DE INTERTRAVADO	M2	0,00	118,80	118,80	R\$ 8,00	R\$ -	R\$ 950,40
1.12.0.3.	LOCAL	SEM C.O.	RECUPERAÇÃO DE INTERTRAVADO	M2	0,00	118,80	118,80	R\$ 17,00	R\$ -	R\$ 2.019,60
1.12.0.4.	LOCAL	SEM C.O.	RETRADA DO ALMAGRADO PAR A ALTURA DO DA COBERTURA	M2	0,00	272,00	272,00	R\$ 15,00	R\$ -	R\$ 4.080,00
1.12.0.5.	LOCAL	SEM C.O.	EXECUÇÃO DE ABERTURA DE PORTÃO DE ACESSO 2,5x2,00m	M2	0,00	5,00	5,00	R\$ 135,00	R\$ -	R\$ 675,00
			TOTAL GERAL					R\$ 241.237,24	R\$ 282.887,59	



 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.730.635/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/09/1998
NOME EMPRESARIAL CONSTRUTORA NORDESTE EIRELI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CONSTRUTORA NORDESTE		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 36.00-6-02 - Distribuição de água por caminhões 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.21-9-01 - Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica 42.21-9-02 - Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica 42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.99-1-01 - Administração de obras 49.24-8-00 - Transporte escolar 68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 71.19-7-03 - Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia 71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)		
LOGRADOURO AV AV. JANUARIO ALVES	NÚMERO 275	COMPLEMENTO CASA
CEP 44.930-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PRESIDENTE DUTRA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF BA
TELEFONE (74) 3640-1044 / (74) 9121-0804		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/07/2019 às 09:35:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

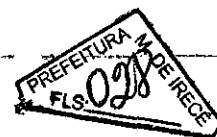


NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.730.635/0001-70		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/09/1998	
MATRIZ					
NOME EMPRESARIAL CONSTRUTORA NORDESTE EIRELI					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári					
LOGRADOURO AV AV. JANUARIO ALVES		NÚMERO 275	COMPLEMENTO CASA		
CEP 44.930-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PRESIDENTE DUTRA		UF BA	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (74) 3640-1044 / (74) 9121-0804			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/07/2019** às **09:35:26** (data e hora de Brasília):

Página: **2/2**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CONSTRUTORA NORDESTE EIRELI
CNPJ: 02.730.635/0001-70

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:39:50 do dia 08/07/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/01/2020.

Código de controle da certidão: FFAA.F48E.E97A.F2EA

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.730.635/0001-70

Razão Social: CONSTRUTORA NORDESTE EIRELI

Endereço: AV JANUARIO ALVES 275 CASA / CENTRO / PRESIDENTE DUTRA / BA /
44930-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/07/2019 a 20/08/2019

Certificação Número: 2019072200490167632202

Informação obtida em 30/07/2019 17:23:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 02.730.635/0001-70**Razão Social:** CONSTRUTORA NORDESTE EIRELI**Endereço:** AV JANUARIO ALVES 275 CASA / CENTRO / PRESIDENTE DUTRA /
BA / 44930-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/07/2019 a 01/08/2019**Certificação Número:** 2019070301431020334252

Informação obtida em 08/07/2019 09:18:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSTRUTORA NORDESTE EIRELI

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.730.635/0001-70

Certidão nº: 173822066/2019

Expedição: 10/06/2019, às 08:48:05

Validade: 06/12/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que CONSTRUTORA NORDESTE EIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 02.730.635/0001-70, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários; a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA
SETOR DE TRIBUTOS
AV. SÃO GABRIEL, 228 - CENTRO
PRESIDENTE DUTRA - BA - CEP: 44930-000
FONESE: CNPJ nº 43.717.798/0001-39



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº 000107/2019

Nome/Razão Social: CONSTRUTORA NORDESTE EIRELI - EPP

Nome Fantasia: CONSTRUTORA NORDESTE

Inscrição Municipal: 0093

CPF/CNPJ: 02.730.635/0001-70

Endereço: AV. JANAÍRIO ALVES, 275 - CENTRO
PRESIDENTE DUTRA - BA - CEP: 44930-000

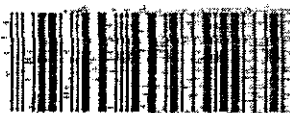
RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO.

Observação:

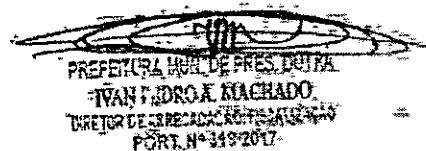
Esta Certidão foi emitida em 13/06/2019 com base no Código Tributário Nacional, lei nº 5.172/66.

Certidão válida até 12/08/2019

Código de controle da certidão: 0100008630



Empresoc/IVAN.



Atenção: Qualquer rasura tornará o presente documento nulo.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

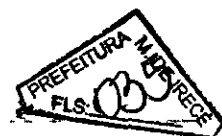
EMPRESA			
Nome Empresarial CONSTRUTORA NORDESTE EIRELI			
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA			
NIRE(sede)...	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
29600399120	02.730.635/0001-70	30/06/1998	30/06/1998
Endereço: AV. JANAÍRA ALVES, 275, CENTRO, PRESIDENTE DUTRA, BA - CEP: 44930000			
OBJETO SOCIAL			
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS. CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS. OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS. CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO. CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS. OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL. ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES. CORRETAGEM NA COMPRA E VENDA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS. ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS. ATIVIDADES DE LIMPEZA (LIMPEZA PÚBLICA). ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS. ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS À ENGENHARIA E ARQUITETURA. CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES. OBRAS DE TERRAPLENAGEM. PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO. SERVIÇOS DE ARQUITETURA. SERVIÇOS DE DESENHO TÉCNICO RELACIONADOS À ARQUITETURA E ENGENHARIA. SERVIÇOS DE ENGENHARIA. TRANSPORTE ESCOLAR.			
CAPITAL SOCIAL		PORTE	PRazo DE DURAÇÃO
R\$ 1.000.000,00 UM MILHÃO DE REAIS Capital integralizado: R\$ 1.000.000,00 UM MILHÃO DE REAIS		Empresa de pequeno porte	XXXXXX
TITULAR/ADMINISTRADOR			
Nome/CPF	Cond./Administrador	Início de mandato	Término do mandato
EDSON MACHADO GONCALVES 124.380.145-04	SÓCIO / ADMINISTRADOR	XXXXXX	XX/XX/XXXX
DATA DE ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data 05/06/2019	Número 29600399120	REGISTRO ATIVO	Sem Status
Ato: 002 - ALTERAÇÃO Evento: 046 - TRANSFORMAÇÃO			
PLANO DE MANUTENÇÃO DA FEDERAÇÃO OU FÓRmula			
NIRE: XXXXXX		CNPJ: XXXXXX	
Endereço: XXXXXX			
Observação			

196388619

página: 1/2



CONTROLE: 89.531.513.211.08 CPF SOLICITANTE: 124.380.145-04 NIRE: 29600399120 Emitida: 13/06/2019 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA
A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADO NO ENDEREÇO <http://regin.juceb.ba.gov.br/regin.ba/telavalidadoes.aspx>



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA
CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial CONSTRUTORA NORDESTE EIRELI			
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA			
NIRE(sede) 29600399120	CNPJ 02.730.635/0001-70	Arquivamento do ato Constitutivo 30/06/1998	Início da atividade 30/06/1998
Endereço: AV. JANUÁRIO ALVES, 275, CENTRO, PRESIDENTE DUTRA, BA - CEP: 44300000			

SALVADOR - BA, 13 de Junho de 2019

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

196388619

página: 2/2



CONTROLE: 89.531.513.211.08 CPF SOLICITANTE: 124.380.145-04 NIRE: 29600399120 Emitida: 13/06/2019 - CERTIDÃO SIMPLIFICADA
A AUTENTICIDADE DESSE DOCUMENTO PODE SER VERIFICADO NO ENDEREÇO <http://regin.juceb.ba.gov.br/regin.ba/telavalidadocs.aspx>

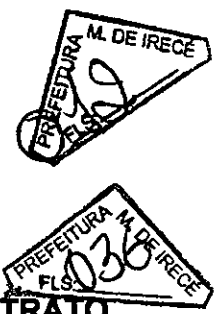
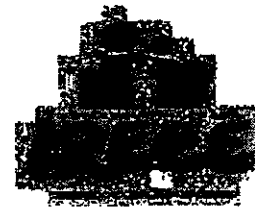


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO
DE Nº. 012809/2018.

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRECÊ, E A EMPRESA CONSTRUTORA NORDESTE LTDA ME

Pelo presente contrato de Prestação de Serviço, o **MUNICÍPIO DE IRECÊ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.715.891/0001-04, com sede à Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê, Bahia, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. Elmo Vaz Bastos de Matos, portador da carteira de identidade RG nº 203593146 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 404.658.965-53, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Paraná, 173, Fórum, Irecê, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CONSTRUTORA NORDESTE LTDA ME**, situada à Av. Jaguarão Alves, 275, Centro, Presidente Dutra, BA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.730.635/0001-70, neste ato representada pelo Sr. Edson Machado Gonçalves, brasileiro, Engenheiro Civil, portador da Carteira de Identidade Profissional CREA/BA nº 14.067-D, inscrito no CIC/MF sob o nº 124.380.145-04, a seguir denominada **CONTRATADA**, em face do que consta do contrato original, resolvem celebrar ADITIVO ao contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CONSIDERANDO o permissivo legal que autoriza a prorrogação de prazos nos moldes estabelecidos na Lei nº 8.666/93;

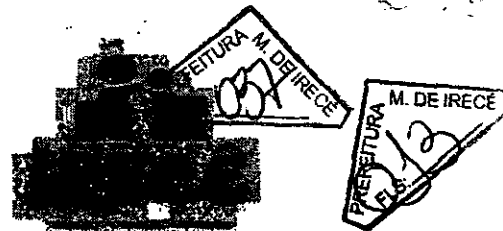
CONSIDERANDO, que a prorrogação de prazo se faz necessário, tendo em vista que o objeto ainda está em execução, não sendo possível sua conclusão dentro do prazo inicialmente previsto;

CONSIDERANDO a possibilidade de prorrogação do prazo, com base no permissivo legal constante no Art. 57, § 1º, inciso II, da Lei Federal Nº 8.666/93;



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



CONSIDERANDO, que tratar-se de contrato de escopo, cuja extinção ocorre apenas com a conclusão do objeto e recebimento pela administração;

CLÁUSULA PRIMEIRA – Pelo presente Termo Aditivo fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato 012809/2018, que tem como objeto a prestação de serviços de Implantação e/ou Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Cobertura da Quadra Poliesportiva de Angical, Município de Irecê/BA, conforme contrato de repasse nº 1038220-64/2017, celebrado entre a União Federal através do Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal e o Município de Irecê/Ba, de acordo com as especificações e termos constantes na TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2018, a partir de 28/05/2019 a 28/01/2020

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Irecê/BA, 17 de Maio de 2019.

MUNICÍPIO DE IRECÊ
Elmo Vaz Bastos de Matos
Contratante

CONSTRUTORA NORDESTE LTDA ME
Rep. Sr. Edson Machado Gonçalves

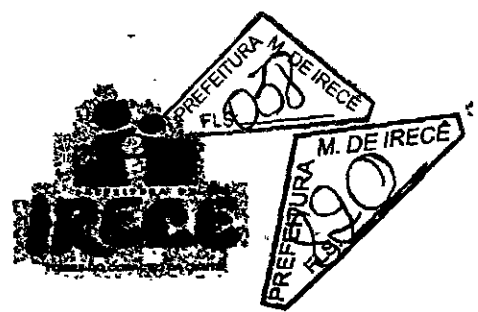
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1.  _____ CPF: 028.443.295-43
2.  _____ CPF: 024.211.503-32



Prefeitura Municipal de Irecê/BA
Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 012809/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ, E A EMPRESA CONSTRUTORA NORDESTE LTDA ME.

Pelo presente contrato de Prestação de Serviço, o **MUNICÍPIO DE IRECÊ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.715.891/0001-04, com sede à Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê, Bahia, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **ELMO VAZ BASTOS DE MATOS**, portador da carteira de identidade RG nº 203593146 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 404.658.965-53, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Paraná, 173, Fórum, Irecê, Ba, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e do outro lado a **EMPRESA CONSTRUTORA NORDESTE LTDA ME**, situada à Av. Januario Alves, 275, Centro, Presidente Dutra, BA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.730.635/0001-70, neste ato representada pelo Sr. Edson Machado Gonçalves, brasileiro, Engenheiro Civil, portador da Carteira de Identidade Profissional CREA/BA nº 14.067-D, inscrito no CIC/MF sob o nº 124.380.145-04, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolverem celebrar o presente Contrato para serviço, autorizado pelo despacho constante no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PA012307/2018**, na Modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2018**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93 os quais as partes se sujeitam a cumprir, e também sob os termos e condições estabelecidas na proposta apresentada pela empresa, que é parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Implantação e/ou Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Cobertura da Quadra Poliesportiva de Angical, Município de Irecê/BA, conforme contrato de repasse nº 1038220-64/2017, celebrado entre a União Federal através do Ministério dos Esportes/Caixa Econômica Federal e o Município de Irecê/Ba, de acordo com o edital da **TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2018**, Projeto Básico e proposta apresentada pela contratada, sob o regime de Empreitada por Preço Global.

1.2 No ato da assinatura do Contrato, para garantia do fiel cumprimento de todas as suas obrigações contratuais, a **CONTRATADA** depositará a título de caução inicial, o valor correspondente a 5,0% (cinco por cento) do valor global do contrato podendo essa caução ser realizada em dinheiro ou através de carta de fiança bancária, ou, ainda título da dívida pública;

1.3 A garantia referida responderá por todas as multas e encargos impostos à **CONTRATADA** com base no descumprimento de obrigações contratuais e, em sendo insuficiente, a **CONTRATADA** terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas para complementá-las;

1.4 A devolução do montante da caução contratual, ou de seu saldo, será efetuada, pela **CONTRATANTE** até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Conclusão e Recebimento Definitivo das Obras e Serviços.

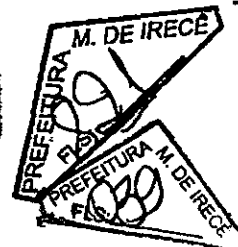


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Prça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 Fica estipulado em R\$ 241.237,24 (duzentos e quarenta e um mil duzentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos) o valor total estimado a ser pago à CONTRATADA pela CONTRATANTE.

2.2 Será efetuado através de Depósito, Transferência Bancária, de acordo com os boletins de medição e respectiva aprovação pela autoridade competente, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura atestada pela contratante.

2.2.1 A empresa DEVERÁ encaminhar juntamente com a Nota Fiscal a comprovação de Regularidade junto às esferas Municipal, Estadual e Federal e Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS e FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

2.2.2 A empresa deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, o documento que comprove o Recolhimento da GPS - Guia da Previdência Social e GRF - guia de Recolhimento do FGTS.

2.3 O pagamento devido à empresa vencedora do certame será efetuado em até 10 (dez) dias após a emissão da Nota Fiscal Fatura em nome do Município, conforme o Cronograma Físico-financeiro, de acordo com os boletins de medição e respectiva aprovação pela autoridade competente, e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente identificadas e atestada pela contratante de acordo com o cronograma físico-financeiro.

2.4 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da Nota Fiscal/Fatura será suspensa para que a CONTRATADA tome as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada para efeito de pagamento a data de reapresentação do documento em questão, corrigido e atestado.

2.5 O preço global a ser pago à CONTRATADA será fixo e inajustável, incluindo todas as despesas tais como: as correspondentes à manutenção dos veículos, aquisição e transportes de materiais, utilização de máquinas e equipamentos, tributos, emolumentos, seguros.

2.6 Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura da licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto deste contrato, na forma da lei.

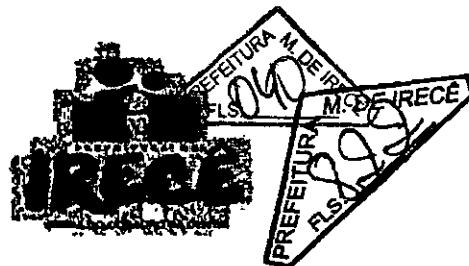
2.7 Em nenhuma hipótese o CONTRATANTE pagará serviços adicionais executados pela CONTRATADA, que não tenham sido prévia e expressamente autorizados, através de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

3.1 Os impostos por ventura devidos, em razão do faturamento de serviços abrangidos por este Contrato, deverão ser retidos pela fonte pagadora, na ocasião do pagamento da Nota Fiscal/Fatura/Nota Avulsa.



Prefeitura Municipal de Irecê/BA
Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

4.1 O prazo de vigência deste contrato será de **08 (oito) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme disposição legal.

4.2 O prazo de execução do objeto do presente contrato será de **03 (três) meses**, conforme cronograma físico-financeiro, iniciando-se a contagem após a data de assinatura da Ordem de Serviço, vinculando-se a sua execução e conclusão ao Cronograma físico-financeiro.

4.3 Poderá este contrato ser prorrogado, mediante termo aditivo, de acordo com o art. 57, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1. Os recursos financeiros para pagamento da despesa decorrente do objeto deste Contrato correrão à conta da seguinte Dotação:

Unidade: 02.14.02 – Departamento Municipal de Esporte e Lazer; Projeto/Atividade: 1042 - Construção, Reforma e Aparelhamento de Quadras Poliesportivas; Elemento de Despesa: 4490.51.00 – Obras e Instalações; Fontes de Recursos: 124 – Transferências de Convênio – Outros.

5.2 A dotação do contrato ocorrerá no exercício de 2018 e correspondente nos exercícios subsequentes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1 Cumprir com o objeto deste Contrato de acordo com as especificações exigidas, utilizando ferramentas apropriadas, executando as obras atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do contratante, observando o estabelecido no Edital, garantindo a obra pelo prazo de 05 (cinco) anos;

6.2 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrente do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus, a CONTRATANTE, decorrentes de hospedagem, alimentação, encargos trabalhistas, transporte, assistência médica e de pronto socorro dos seus empregados envolvidos neste trabalho inclusive o abastecimento do veículo transportador.

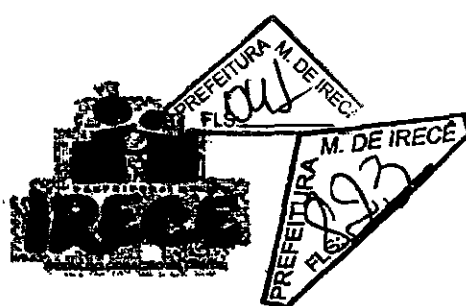
6.3 Promover, por sua conta e risco, o transporte de seus empregados designados para essas atividades, dos equipamentos, materiais e utensílios necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato.

6.4 Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo causado a Contratante e/ou a terceiros;

6.5 Permitir o acesso de servidores dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, Tribunal de Contas da União, bem como a Prefeitura Municipal de IRECE, aos documentos e registros Contábeis da empresa contratada.



Prefeitura Municipal de Irecê/BA
Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



6.6 Responder, por quaisquer danos que venham a causar à União, Estado, Município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado.

6.7 A Contratada, sem prejuízo de sua responsabilidade, comunicará por escrito, qualquer anormalidade que eventualmente apure ter ocorrido na execução das obras, que possam comprometer a sua qualidade.

6.8 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.9 Indenizar, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos materiais ou institucionais, causados pela CONTRATADA ou seus prepostos, na execução de suas atividades.

6.10 Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições da habilitação.

6.11 Efetuar a contratação do funcionários atendendo a Legislação Trabalhista.

6.12 Executar os serviços objeto deste contrato em conformidade com as normas e procedimentos de Preservação Ambiental Municipal, Estadual ou Federal, conforme o caso.

6.13 Tomar todas as providências necessárias à boa execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SETIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7.1 Dar ciência à CONTRATADA de quaisquer modificações que venham a ocorrer neste contrato.

7.2 Efetuar todos os pagamentos nas condições pactuadas.

7.3 Verificar e aceitar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela CONTRATADA, recusando-as quando inexatas ou incorretas.

CLÁUSULA OITAVA - DA FACULDADE DE EXIGIBILIDADE

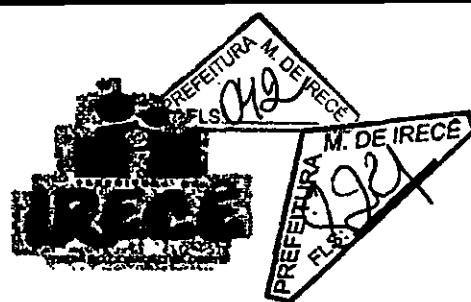
8.1 Fica estabelecido que, na hipótese da CONTRATANTE deixar de exigir da CONTRATADA qualquer condição deste contrato, tal faculdade não importará em novação, não se caracterizando como renúncia de exigi-la em oportunidades futuras.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

9.1 Fica estabelecido que a CONTRATADA não transferirá e/ou cederá, no todo ou em parte, serviço ou obra objeto do Contrato, ressalvadas as sub-empregadas de serviços especializados, as quais serão previamente submetidas à fiscalização para autorização.



Prefeitura Municipal de Irecê/BA
Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1 Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses dos itens abaixo relacionados serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

10.1.1 **Advertência** sempre que forem constatadas infrações leves.

10.1.2 **Multa** por atraso imotivado da execução do serviço, nos prazos abaixo definidos:

a) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, ou nos prazos parciais das Ordens de Serviços, limitadas a 20% do valor da fatura;

b) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, na primeira vez, limitadas a 20% do valor da fatura;

c) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, nas reincidências, limitadas a 20% do valor da fatura.

10.1.2.1 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;

10.1.3 **Suspensão** com prazo máximo de 02 (dois) anos, conforme definidos abaixo:

a) de até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;

b) de até 02 (dois) anos quando praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos do contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal.

10.1.4 **Suspensão** de até 02 (dois) anos e multa sobre o valor do contrato, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal, quando:

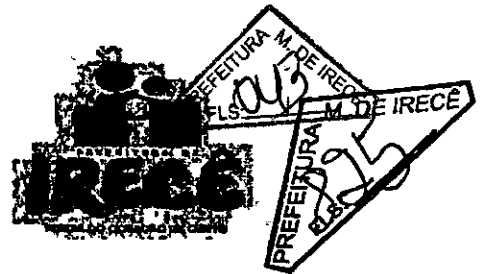
a) não atender às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no contrato: multa de 10% a 20%;

b) paralisar a execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% a 20%;

c) prestar serviço em desacordo com os projetos básicos, executivos e termos de referência, que apresente insegurança no desenvolvimento das atividades ou que comprometa a segurança das pessoas: multa de 10% a 20%;



Prefeitura Municipal de Irecê/BA
Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



d) descumprir obrigações relativas à relação de trabalho com seus empregados e prepostos, quanto a verbas previstas e orçadas nas planilhas que compõem a proposta contratada, especialmente o atraso de pagamento de salário, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, atraso ou não fornecimento de vale transporte, vales-refeição ou auxílio alimentação, constantes das respectivas planilhas de preços: multa de até 10%.

10.1.5 Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas no subitem 10.1.3 e 10.1.4.

10.2 A suspensão temporária do prestador de serviço cujo contrato com a Administração Pública esteja em vigor impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

10.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade aplicada.

10.4 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da execução, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ.

10.5 Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

10.6 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

10.7 As sanções previstas na Cláusula Décima deste Contrato são de competência exclusiva do titular da PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ, permitida a delegação para a sanção prevista no sub-ítem 10.1.1, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vistas.

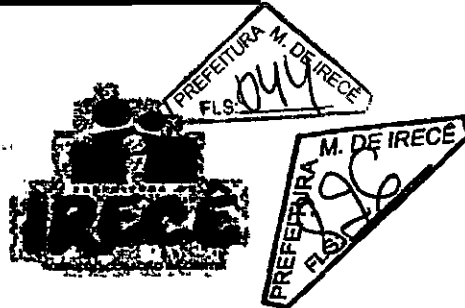
10.8 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à Contratada, sob pena de multa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, com as consequências indicadas no artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste contrato.



Prefeitura Municipal de Irecê/BA
Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 No caso de rescisão deste contrato, a CONTRATADA receberá apenas o pagamento do serviço executado e aprovado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1 A CONTRATANTE, através de seus técnicos, fica investida dos mais amplos poderes para fiscalizar toda a execução do serviço, impugnando quaisquer erros ou omissões que considere em desacordo com as obrigações da CONTRATADA.

12.2 Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e, em caso de multa, a indicação do seu valor.

12.3 Das decisões da fiscalização, poderá a CONTRATADA recorrer à Divisão de Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos à multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

12.4 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Serão partes integrantes deste contrato:

- a) Edital e Anexos;
- b) Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

13.2 Toda e qualquer comunicação, entre as partes, será sempre feita por escrito, devendo as correspondências encaminhadas pela CONTRATADA serem protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito.

13.3 Aos casos não previstos neste instrumento, aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

14.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, bem como pelas despesas provenientes de eventuais trabalhos noturnos, decorrentes da execução do objeto da presente licitação, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente à licitante vencedora.

14.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECE não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela licitante vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, ou por qualquer dano material e pessoal causado a terceiros, bem como pela indenização a estes em decorrência dos atos da licitante vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

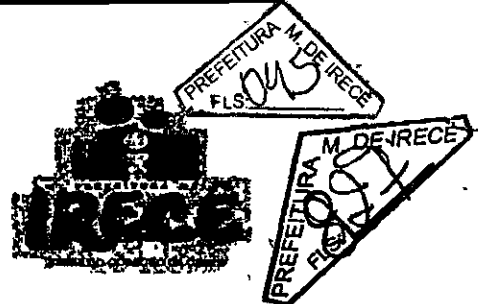


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Prça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE

15.1 O valor do Contrato poderá ser reajustado, através de acordo entre as partes, tomando-se por base a variação do índice Geral de Preços - IGPM da Fundação Getúlio Vargas ou, na sua falta, de acordo com o índice que legalmente vier a lhe substituir.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 Fica eleito o Foro da Cidade de Irecê Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam as partes este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Irecê/BA, 28 de Setembro de 2018.

MUNICÍPIO DE IRECÊ
Elmo Vaz Bastos de Matos
CONTRATANTE

CONSTRUTORA NORDESTE LTDA ME
Rep. Sr. Edson Machado Gonçalves
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. [Assinatura]
RG: 0974998879 SSP/BA

2. [Assinatura]
RG: 0978979115 SSP/BA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 012809/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO de nº. 012809/2018, que entre si firmaram o MUNICÍPIO DE IRECÊ e a empresa CONSTRUTORA NORDESTE LTDA. Objeto: Constitui objeto deste Termo Aditivo a Alteração Qualitativa, Quantitativa e de Valor do contrato nº. 012809/2018, referente à Prestação de serviços de Implantação e/ou Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – Cobertura da Quadra Poliesportiva de Angical, Município de Irecê/BA. Fica acrescido o valor total de R\$ 51.650,35 (cinquenta e um mil seiscentos e cinquenta reais e trinta e cinco centavos), o que corresponde a aproximadamente 21,41% (vinte e um vírgula quarenta e um por cento) do valor do contrato, ou seja: passando o valor global de R\$ 241.237,24 (duzentos e quarenta e um mil duzentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos) para R\$ 292.887,59 (duzentos e noventa e dois mil oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e nove centavos). Origem: TOMADA DE PREÇOS nº 008/2018. Devendo o presente Extrato ser afixado no quadro de avisos desta Prefeitura para conhecimento geral. Irecê/BA, 01 de Agosto de 2019.